



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

GT 5: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIAIS

A DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA LAPA-PR POR MEIO DA MEMÓRIA DE IDOSOS

Simone Aparecida Pinheiro de Almeida. (UEPG); simoal29@yahoo.com.br
Marcia Maria Dropa (UEPG); mdropa@gmail.com
Luiz Fernando de Souza (UEPG); lufsouza23@gmail.com
Rita de Cássia da Silva Oliveira (UEPG); soliveira13@uol.com.br

TEMÁTICA: SISTEMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS NUMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR E/OU INTERDISCIPLINAR NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO: O presente relato refere-se a uma parte de atividade desenvolvida no Projeto de Extensão “Ações de valorização do patrimônio cultural e natural da Lapa –Pr”, uma parceria da UEPG na implantação da Casa de Patrimônio da Lapa. A constituição de políticas públicas voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural; a experiência, narração e memória dos idosos e a Casa do Patrimônio na cidade da Lapa – Pr, se caracterizam como premissas de discussão neste artigo, cujo objetivo é desenvolver atividades de Educação Patrimonial tendo como referência a memória de idosos. O desenvolvimento de ações de educação patrimonial poderá contribuir com a valorização da identidade histórico cultural e senso de preservação dos moradores e dos sujeitos visitantes. Seu referencial teórico pautou-se em Benjamin (1994), Bosi (1994), Florêncio (2014). Como metodologia destaca-se a apresentação dos patrimônios visitados em *locu* e a construção de histórias a partir da narrativa dos idosos que visitam o centro histórico da cidade da Lapa.

Palavras chave: Memória de idosos; Patrimônio cultural; Narrativas; Políticas de Educação Patrimonial.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG com o objetivo de contribuir com a instalação da Casa do Patrimônio da Lapa foi iniciado em 2016. Entre as diversas ações desenvolvidas pelo mesmo, apresenta a proposta de Educação Patrimonial, que se pauta na construção de novas histórias sobre os patrimônios culturais da cidade a partir da experiência, memória e narração dos idosos moradores do local.

A partir da perspectiva multidisciplinar, esta ação específica do projeto envolve também a participação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN 10ª Superintendência do Paraná, Casa do Patrimônio, Departamento de Turismo e Cultura da Lapa.

A ação apresentada neste artigo, tem por objetivo o desenvolvimento de ações de educação patrimonial contribuindo com a valorização da identidade histórico cultural e senso de preservação dos moradores e dos sujeitos visitantes.



Seu referencial teórico pautou-se em Benjamin (1994), Bosi (1994), Florêncio (2014).

Para tanto, o artigo apresenta duas vertentes, que se relacionam e apresentam características importantes no que se refere as políticas públicas voltadas a preservação do Patrimônio Cultural, com a criação das Casas do Patrimônio. Destaca-se a Educação Patrimonial a partir da construção de referenciais teóricos pertinentes ao saber olhar, reconhecer e viver as diferentes formas de preservação da memória. A inserção dos moradores idosos como protagonistas de histórias vividas, que valorizam o sentimento de pertencimento ao local, viabilizando assim uma valorização mais afetiva em relação aos bens preservados pela ação federal do tombamento.

As Casas do Patrimônio constituem-se em um Projeto Pedagógico e de Educação Patrimonial, sendo que o fundamento da criação das mesmas pautou-se em ampliar as relações do IPHAN com a sociedade e os poderes públicos estaduais e municipais. A implantação dessas casas é uma tentativa do IPHAN de se aproximar das comunidades detentoras de bens tombados e de pensar ações educativas de valorização e preservação do Patrimônio como ações institucionais.

As Casas do Patrimônio, possuem liberdade de criação e estabelecimento de estratégias que valorizem os bens tombados, não estabelecendo limites de criação e disposição de educar para a preservação de maneira efetiva. Assim o projeto em questão, desenvolveu práticas de narração cujo atores, que se caracterizam no decorrer do projeto como idosos, a partir de 60 anos – se justificou por pertencerem a uma comunidade geracional, quer dizer, pessoas de uma mesma geração que, mesmo não se conhecendo, viveram num mesmo período e possuem uma característica comum em função da vivência em uma unidade histórica e social.

A intenção do projeto foi construir, juntamente com os idosos, narrações e boas histórias sobre os bens patrimoniais da cidade da Lapa, recuperando suas memórias e navegando com eles no mundo simbólico do patrimônio, para efetivar textos que subsidiem a construção de novos parâmetros na prática preservacionista, por meio da relação dialógica entre educação e preservação.

Caminhar com o idoso, pelos espaços, observar e registrar suas memórias, sua história vivida se torna importante por dois motivos: a valorização do idoso, que se sente útil em narrar suas experiências e a valorização do patrimônio, que passa a ser visto além das edificações materiais. Alia-se assim, a política pública com a valorização humana.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL

Uma grande discussão antecedeu a Constituição de 1988: até que ponto um decreto poderia intervir na propriedade privada e a quem competia tomar bens culturais? E dentro desse contexto, ampliavam-se as discussões sobre patrimônio histórico, que passa a ser designado por patrimônio cultural, incluindo as representações culturais, nas quais estavam presentes o meio ambiente, e toda a complexidade simbólica dos bens. Embora tenha sido utilizada a expressão 'patrimônio histórico e cultural', este último é o gênero em que se agregam tanto o patrimônio histórico quanto o patrimônio artístico, não se diferencia mais as duas



terminologias, define-se o Patrimônio Cultural abrangente, conforme faz menção a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no seu art. 216.

Uma das grandes inovações trazidas pela Constituição de 1988, foi o aprofundamento com relação aos dois temas polêmicos, em que ela endossa a intervenção na propriedade privada como uma necessidade para ordenar a preservação. Outra questão relevante foi a que definiu claramente os bens culturais, afirmando que os mesmos existem independentes da vontade da lei, do administrador e do tombamento, basta que a comunidade os descubra, proteja e os preserve por meio de diferentes mecanismos.

Com a evolução do termo e ampliação das concepções de Patrimônio e Cultura, em 2004, foi criada a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC). As ações educacionais voltadas a preservação do patrimônio multiplicaram-se nos últimos anos. Após a consolidação do termo Educação Patrimonial (implantado no Brasil em 1983), muitas ações, projetos, práticas e objetivos pedagógicos foram realizados, entre eles as Casas do Patrimônio.

2.1. CASAS DO PATRIMÔNIO

A Rede das Casas de Patrimônio, se caracteriza em uma política pública que privilegia ações descentralizadas das políticas públicas e buscando uma construção coletiva da noção de Patrimônio e sua apropriação.

As Casas do Patrimônio constituem-se em um Projeto Pedagógico e de Educação Patrimonial. O fundamento da criação das casas pautou-se em ampliar as relações do IPHAN com a sociedade e os poderes públicos estaduais e municipais. Uma vez que o Instituto tem 27 superintendências, as mesmas contribuem na instalação das casas e fazem os primeiros contatos para a construção coletiva de uma nova postura institucional. Atualmente essas casas são instaladas nos municípios que possuem bem tombado em nível federal, porém nada impede que outros solicitem essa parceria, e também trabalhem esse propósito. A partir do momento em que ocorre a instalação e as parcerias são firmadas (universidades, institutos superiores, ONGS, secretarias municipais), o IPHAN passa somente a ser um parceiro, uma vez que este projeto prevê uma independência em relação aos órgãos públicos. Porém, elas devem atuar em consonância com outras políticas públicas, principalmente as promovidas pelo Ministério da Educação, Cultura, Cidades, Justiça, Turismo e Meio-Ambiente.

Não se trata de uma estrutura física, (pode até ser num salão comunitário ou num bem tombado, como por exemplo na Lapa que funciona na Casa Lacerda), pois elas se constituem em espaços de diálogos sobre Patrimônio Cultural a partir da Educação Patrimonial. Não existem programas de atividades ou de estrutura padronizado, pois cada casa deverá adaptar seus diálogos, projetos e propostas de acordo com suas especificidades, necessidades e, também, equipamentos.

Entre os objetivos das Casas de Patrimônio pode-se destacar: articular as representações do IPHAN, com as instituições civis; promover oficinas para agentes culturais (professores, estudantes, guias, comunidade interessada), centradas na interface Patrimônio e Educação; garantir práticas educativas multi/transdisciplinares, com abordagens transversais de acordo com a Lei de



Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs; valorizar ações educativas que promovam a interconexão entre as diferentes áreas e dimensões do Patrimônio Cultural e em especial, garantir um espaço de trocas de experiências que destaque a Educação Patrimonial. (FLORÊNCIO, 2014).

O que se pode identificar, a partir das análises da trajetória da Educação Patrimonial nos órgãos públicos, é um distanciamento, onde nem sempre os técnicos percebem que não são folhetos informativos, cartilhas, palestras, subsídios necessários para que se efetive a verdadeira relação afetiva e cognitiva da comunidade com o seu bem cultural. Essas são questões a serem discutidas posteriormente.

2.2. MEMÓRIA DE IDOSOS

Trabalhar com a memória de idosos enquanto recurso pedagógico para descrever a história local torna-se um importante mecanismo de aprendizado e de valorização da história de vida e de pertencimento de cada idoso. “Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância [...] A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda. (BOSI, 1994, p. 22).

Pontuamos que o tempo da memória é social, é concreto, faz parte das lembranças de acontecimentos que marcaram um passado. Tratando-se da rememoração do valor simbólico dado a um determinado ponto do patrimônio cultural presente na cidade.

Quando propomos abordarmos a história dos sujeitos, com metodologia de narrativas, ficam evidentes as lembranças individuais entrelaçadas às memórias coletivas, e como parte integrante a memória histórica que as contextualiza.

Assim podemos afirmar que a memória surge como um instrumento eficaz para fazer história, fazer ciência, colocar indivíduos em contato com sua vida passada. A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já trabalharam que vivenciaram algo em uma sociedade em constante transformação.

A utilização social da memória deve ser estudada enquanto processo de construção organizada pelos sujeitos sociais. O trabalho de entendê-las é uma interpretação da produção do conhecimento trazida pela narrativa das lembranças.

Walter Benjamin e Ecléa Bosi defendem que na origem do significado da memória está a ideia do conselho. A memória construída por indivíduos seria, assim, o conselho fundamentado na experiência de vida.

Para Bosi (1994), a pessoa mais jovem ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a de uma pessoa de idade. Considera-se a memória de pessoas ou de grupos como referências históricas. São os próprios ciclos da vida que a tornam dinâmica e atuante, possibilitando a relação do passado com o presente. É a história viva e vivida que se renova através dos tempos. (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2016).

Bosi (1994), Memória e Sociedade: lembranças de velhos é uma literatura rica contribuindo com os estudos sobre a memória e, em especial, a memória dos idosos. É importante salientar a contribuição dos relatos dos idosos, geralmente dada com prazer por eles. Diz um dos entrevistados de Bosi (p. 107): “Veja, hoje a



minha voz está mais forte do que ontem, já não me canso a todo instante. Parece que estou rejuvenescendo enquanto recordo”.

As pessoas mais velhas, que seriam, em princípio, as depoentes buscadas pelos pesquisadores, frequentemente não têm quem atribua importância à sua fala ou pelo menos, quem as escute. O estudo com memória de idosos vêm de encontro com a necessidade de elaborarmos técnicas de Educação Patrimonial de maneira a contribuir com a Educação formal e não formal.

2.3 RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA DOS IDOSOS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Uma cidade é composta de materialidades e imaterialidades, seja nas suas construções e nas histórias vividas e reconstruídas nos mesmos, por intermédio da memória. Já é senso comum afirmar que a memória necessita de um suporte material para que as lembranças a sustentem, porém aqui reafirma-se esta colocação, uma vez que no caminhar pelos patrimônios os idosos recordaram de situações que eles destacaram que nem sabiam que lembravam de tantos detalhes.

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pará-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990, p.14).

O valor de um bem é o que a comunidade lhe atribui e identificar esses valores por meio de épocas diferentes deve ser o papel do historiador e também do educador, pois o monumento só se transforma em documento a partir de como ele é analisado.

Esta deve ser uma preocupação constante no processo de análise histórica dos patrimônios culturais, que não merecem ser vistos tão somente pelo seu valor estético. São os homens que atribuem valores, transformam coisas em bens e, esses bens constituem o Patrimônio, que deve ser adquirido e transmitido, sempre num ciclo constante. Se isso não acontecer, corre-se o risco de retomar-se à postura de preservar o patrimônio somente como monumento material. Desvencilhar-se dessa noção patrimônio/monumento não é fácil, deve ser constantemente repensada.

Buscando na teoria da história de Walter Benjamin (1994), que o passado não é acabado e precisa ser revisitado, para que o presente e o futuro possam ser transformados, apropria-se das falas dos idosos, para recuperar e pensar em novas narrativas com o objetivo de propor uma nova leitura e uma nova perspectiva de estudo e compreensão acerca do patrimônio em uma linguagem carregada de simbologia imaginária e afetividade.

As narrativas dos idosos no processo de construção de novas leituras dos patrimônios, é um trabalho de paciência, organização, superação de limites, muitas vezes o limite do próprio pesquisador que não consegue escutar aquilo que quer ouvir, mas aquilo que o sujeito quer falar. Mas é gratificante e ao mesmo tempo revelador, porque o idoso narra sua história, sua vida, seus momentos, suas



angústias, decepções, alegrias e até notícias derradeiras, tais como: ih, já estou no fim da vida, ih não lembro minha cabeça não funciona mais como antes, não enxergo mais direito e assim por diante. Mas a partir do momento que ele descobre ou percebe que sua história não é somente sua e que tem importância no contexto de crescimento e desenvolvimento de sua cidade, seus olhos brilham, seus lábios ensaiam um sorriso e sua mente transforma-se num poço de lembranças que revigoram e afloram em sua memória.

Isso significa que a narração do idoso é pura, pois é vinculada aos seus feitos e realizações e, em nenhum momento de seu desprendimento em contar, ele percebe a importância que tem para um novo entendimento e uma nova configuração dos patrimônios, que servirá para alertar o olhar de outro sujeito. Deve-se propiciar aos idosos, condições de se empoderarem, pois ele proporciona as transformações culturais e educacionais quando sua experiência é transformada em texto, que pode por muito tempo modificar as relações do sujeito com o seu patrimônio. E essas relações se tornam eternas enquanto duram, porque serão também transmitidas do presente para o futuro, quando os jovens de hoje contarem para seus filhos as histórias, propiciando o encontro de gerações, mesmo que não presencial.

Esse processo todo pode ser evidenciado na cidade da Lapa, onde o idoso ao caminhar pelas ruas, ao entrar nos prédios tombados, narravam histórias vividas no seu cotidiano e que apresentavam novas perspectivas de leitura do local, propiciando novas informações e assim novos documentos históricos. Esses novos documentos podem sem dúvida, contribuir para a produção de novos textos, que superem a ordem cronológica dos fatos, mas sim desenvolver nos leitores possibilidades de novos entendimentos e novas relações afetivas com o bem tombado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias contadas não podem ser pensadas e analisadas a partir de um devir contínuo, tranquilo e linear, pois elas transmitem justamente o que a tradição oficial não recorda voluntariamente. Elas não servem para a construção de uma memória e uma celebração oficial que seja comum a todos e nem representa aquilo que comumente se configurou em chamar de estado único de bem-estar social coletivo.

Não são as cidades que contam o seu passado, afirmava Calvino (1990), mas elas possuem o escrito, no traçado de suas ruas, de suas praças, igrejas, escolas, casas e bairros. Elas possuem diferentes leituras e essa leitura só é possível ser realizada a partir do momento que os sujeitos dão significado as suas experiências. O sujeito dessa pesquisa, foi sem dúvida o idoso, que se tornou ao longo do caminho o personagem central, articulando sua história e suas narrativas, transformando os patrimônios em um espaço praticado e de importância.

Lembrar não é reviver, mas é refazer com imagens e ideias de hoje as experiências do passado, afirmava Bosi (1994) e, assim pensar no futuro. E este futuro seria a transmissão das tradições e histórias narradas, sendo possível sim reelaborar leituras dos prédios considerados patrimônios culturais de uma cidade, a



partir da memória dos idosos, visando um melhor entendimento da abrangência do Patrimônio Cultural, assim como possibilidades de subsidiar a Educação Patrimonial.

Esta proposta em se trabalhar com o Patrimônio histórico cultural edificado torna-se muito interessante quando os depoentes por meio da memória conseguem voltar ao passado e descrever fatos ocorridos em suas vidas naquele espaço, e de como o espaço urbano sofre modificações ao longo da história.

A casa Lacerda espaço de Educação Patrimonial da Lapa constituiu-se como um local em que a história se apresenta de maneira próxima do visitante. As políticas públicas elaboradas pelo IPHAN quando da elaboração do Projeto de Casa do Patrimônio acaba por fortalecer esses espaços como educativos, e âncora de proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. Assim destacamos que esses espaços de Educação Patrimonial têm como objetivo oferecer um local de interlocução e diálogo com a comunidade local, elaborando ações educativas de maneira a contribuir com a construção do conhecimento e a participação social. Constitui-se também como um espaço que valoriza a memória dos idosos, que busca na narração e rememoração a história do patrimônio local. Ações voltadas para o social, para a inserção do sujeito e de seu pertencimento à história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. A. P. de; OLIVEIRA, R. C. S. **Sociologia urbana entre o moderno e o antigo: Preservação de Patrimônios edificados um olhar apaixonado da Terceira Idade-UATI/UEPG.** In: Revista de Direito da Cidade, vol.07, nº 03, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc>

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** 23º ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** Trad. Diogo Mainardes. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FLORÊNCIO Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana e RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** 2 ed. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

IPHAN. **Casas de patrimônio.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>. Acesso em 15/09/2017.